

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras/PR, 05 de Maio de 2025.

Requerente: Sr.(A) SECRETÁRIO(A) ASSISTÊNCIA SOCIAL

Requerido: PREFEITO(A) MUNICIPAL

Prezado(a) Prefeito(a),

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V.Exa. providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme especificação abaixo:

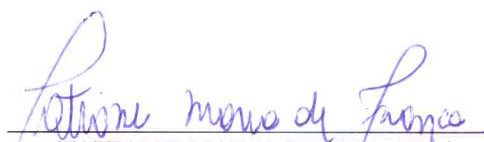
Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

| | |
|--------------------------------------|---|
| Descrição do Objeto | Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica , para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social e decisões judiciais. |
| Valor Máximo Estimado: | R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais) |
| Condição de Pagamento: | O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura/Recibo, mediante aceitação da Secretaria requisitante, no prazo de até 10 (dez) dias. |
| Vigência do Contrato: | 180 (Cento e oitenta) dias |
| Fonte de Origem dos Recursos: | Recursos ordinários livres |

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de contratação por inexigibilidade, nos termos do art. 74 da lei indicada.

Por fim, destaco que segue anexo ETP – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, nos termos do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/21.

Atenciosamente,


TATIANE MARIA DE FRANÇA
Secretária de Assistência Social



TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO

1 – OBJETO

Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica O Bom Samaritano, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social e decisões judiciais.

2 – JUSTIFICATIVA

A contratação visa garantir a proteção integral da criança e do adolescente, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), diante da inexistência de estrutura pública própria no Município de São José das Palmeiras para execução do serviço. A medida atende à determinação judicial constante nos autos do processo nº 0001018-02.2025.8.16.0150 (liminar anexa), que ordena a imediata institucionalização de menor sob pena de multa diária. A entidade O Bom Samaritano está devidamente qualificada e localizada em localidade compatível com os serviços essenciais.

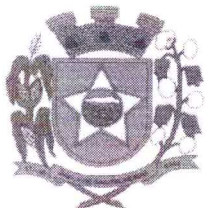
Diante da necessidade, dê prioridade na contratação

3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Determinação judicial proferida nos autos do processo nº 0001018-02.2025.8.16.0150 (liminar anexa).

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES

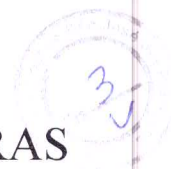
| ITEM | Qtde. | Unidade | Descrição do Material/Serviço | Preço Unitário | Preço Total |
|------|-------|-------------|---|----------------|---------------|
| 01 | 6 | Mensalidade | Acolhimento institucional com características residenciais, para atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes, conforme solicitação da Secretaria Municipal de | R\$ 8.000,00 | R\$ 48.000,00 |



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



| | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|
| | | | Assistência Social e determinações judiciais. | | |
|--|--|--|---|--|--|

5 – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será prestado de forma contínua nas instalações da Entidade Filantrópica O Bom Samaritano, CNPJ: 11.483.768/0003-41, localizada na Rua das Américas, nº 230, Centro, Santa Helena/PR, CEP 85.892-000. A vigência contratual será de 180 (Cento e Oitenta) dias, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa e demonstração de vantajosidade. A contratação visa assegurar dignidade, cuidado e proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, conforme as necessidades e determinações legais.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I** - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução do contrato;
- II** - Fiscalizar a execução do objeto contratual;
- III** - Solicitar fundamentadamente à CONTRATADA providências para correção de falhas;
- IV** - Efetuar o pagamento conforme previsto em contrato.

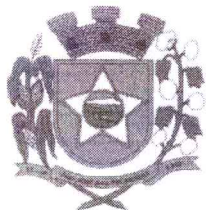
7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura/Recibo, mediante aceitação da Secretaria requisitante, no prazo de até 10 (dez) dias. Acompanhada dos seguintes documentos: 1) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 2) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 3) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 4) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 5) Certidão de Débitos Trabalhistas. O parcelamento em 6 mensalidades de R\$ 8.000,00 justifica-se pela natureza contínua do serviço (art. 18, § 1º, VIII da Lei 14.133/2021 e art. 9º, VII da IN nº 58/2022), permitindo controle orçamentário, melhor acompanhamento da execução contratual e garantia da qualidade do acolhimento.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentárias(s).

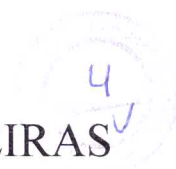
| |
|-----------------|
| Dotações |
|-----------------|



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS


CNPJ: 77.819.605/0001-33



| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| 2025 | 4880 | 09.003.08.243.0012.2094 | 0 | 3.3.90.39.00.00 | Do exercício |

9 – DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

Pelo presente, declaro que os orçamentos constantes foram obtidos da entidade ENTIDADE FILANTRÓPICA O BOM SAMARITANO, devidamente recebidos e rubricados, passando a integrar o presente Termo de Referência.


TATIANE MARIA DE FRANÇA
Secretária de Assistência Social

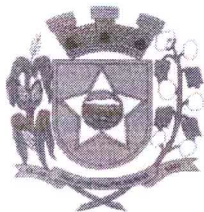
10 – DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá o Agente de Contratação — seja o Pregoeiro, no pregão, ou a Comissão de Contratação, nas demais modalidades — promover, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras/PR, 07 de maio de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

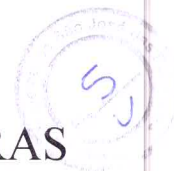

TATIANE MARIA DE FRANÇA
Secretária de Assistência Social



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP caracteriza a fase inicial do planejamento da contratação pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade apresentar os elementos que justificam e viabilizam a contratação de serviço especializado de acolhimento institucional com características residenciais, prestado pela entidade filantrópica devidamente qualificada, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social e decisões judiciais.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação decorre da ausência de estrutura própria no Município de São José das Palmeiras para prestar o serviço de acolhimento institucional a crianças e adolescentes, o que compromete o cumprimento do dever legal de proteção integral estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

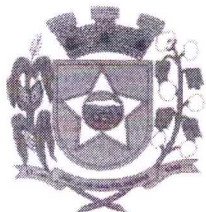
Além disso, há **determinação judicial proferida nos autos do processo nº 0001018-02.2025.8.16.0150 (liminar anexa)**, que exige a imediata institucionalização de um menor, sob pena de aplicação de multa diária ao ente municipal. A medida judicial reforça o caráter urgente e inadiável da contratação, visando garantir a continuidade e a legalidade do atendimento socioassistencial, em observância ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

3 - ÁREA REQUISITANTE

| Área Requisitante | Responsável |
|---|--------------------------------|
| Secretaria Municipal de Assistência Social | Tatiane Maria de França |

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

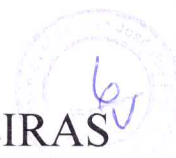
A entidade contratada deverá apresentar capacidade técnica e institucional para oferecer acolhimento institucional com características residenciais, assegurando atendimento individualizado, contínuo, afetivo e seguro às crianças e adolescentes acolhidos. O serviço deverá respeitar as diretrizes legais estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação da entidade filantrópica O Bom Samaritano, CNPJ: 11.483.768/0003-41, localizada na Rua das Américas, nº 230 - Centro, de Santa Helena/PR, CEP: 85.892-000, para prestação de serviço de acolhimento institucional, com características residenciais, voltado ao atendimento integral de crianças e adolescentes, conforme encaminhamentos da Secretaria de Assistência Social e decisões judiciais. A prestação dos serviços será contínua e com vigência contratual de 6 (seis) meses, com base nas necessidades e determinações legais, visando garantir dignidade, cuidado e proteção à população infantojuvenil em situação de vulnerabilidade.

A contratação se mostra imprescindível diante da liminar expedida nos autos do processo nº 0001018-02.2025.8.16.0150, que determina a imediata institucionalização, sob pena de multa diária ao Município de São José das Palmeiras, o que reforça a urgência da medida.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação é de **R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**, correspondente ao pagamento de **6 (seis) mensalidades no valor unitário de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada**.

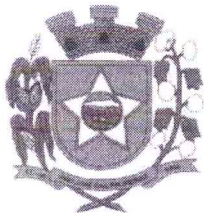
7 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do pagamento em seis mensalidades de R\$ 8.000,00 justifica-se pela natureza contínua do serviço e está de acordo com o art. 18, § 1º, VIII da Lei nº 14.133/2021 e o art. 9º, VII da IN nº 58/2022. Essa forma de pagamento permite melhor controle orçamentário, facilita o fluxo de caixa da Administração e garante o acompanhamento periódico da execução contratual. Por se tratar do acolhimento de crianças e adolescentes, o fracionamento assegura a manutenção da qualidade do serviço, possibilitando intervenções imediatas caso sejam verificadas falhas, em conformidade com o ECA e o princípio do melhor interesse do menor. Trata-se, portanto, de medida técnica, legal e socialmente adequada.

8 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Objetivo geral:

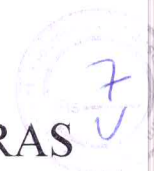
Garantir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



assegurando atendimento integral, contínuo e personalizado, conforme previsão legal e determinações judiciais.

Objetivos específicos:

- Suprir a ausência de estrutura pública municipal para serviços de acolhimento.
- Cumprir decisões judiciais relacionadas à proteção de menores.
- Proporcionar ambiente seguro, saudável e afetivo aos acolhidos.
- Manter os acolhidos próximos a suas famílias e rede de apoio social.
- Assegurar atendimento especializado, conforme normas do ECA e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

9 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

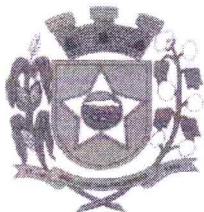
A contratação é plenamente viável sob os aspectos técnico, legal e orçamentário. A Entidade "O Bom Samaritano" atende aos requisitos legais e técnicos exigidos, além de estar situada em localidade próxima ao Município de São José das Palmeiras, o que facilita o acesso à rede de saúde, educação e assistência social.

O serviço está respaldado em determinações legais e judiciais, sendo de natureza essencial e inadiável. A urgência é corroborada pela existência de decisão judicial liminar determinando a imediata institucionalização do menor, com imposição de sanção pecuniária em caso de descumprimento, o que evidencia a necessidade de pronta contratação para evitar prejuízos à Administração Pública e aos direitos das crianças envolvidas.

A despesa encontra-se prevista em dotação orçamentária específica para o exercício de 2025.

10 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Tatiane Maria de França
Secretária Municipal de Assistência Social



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 08 de Maio de 2025.

À

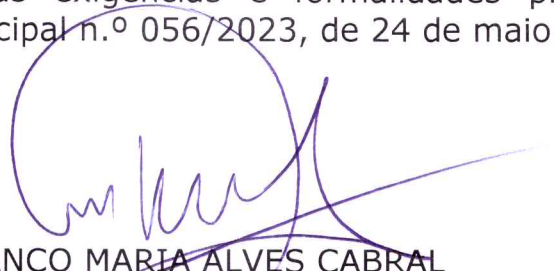
Comissão de Contratação

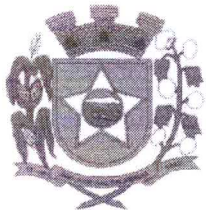
Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias para contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social e decisões judiciais., já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente,

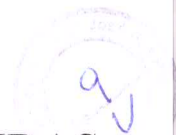

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

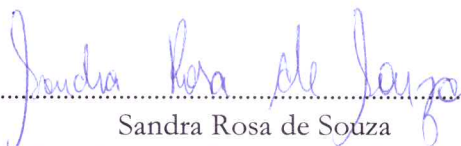


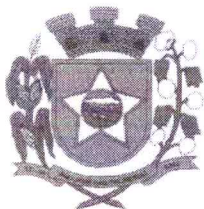
TERMO DE AUTUAÇÃO – FASE EXTERNA DE LICITAÇÃO

Aos xx/xx/2025 2025, eu, Sandra Rosa de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, nomeado(a) pela Portaria nº 026/2025, instaurei o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 032/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº. 06/2025**.

Nos termos do art. 6.º, do DECRETO MUNICIPAL n.º 056/2023, incumbirá ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório.

Para constar lavrei o presente termo.

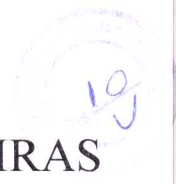

.....
Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 09 de Maio de 2025.

Ao

Setor Contábil e Financeiro

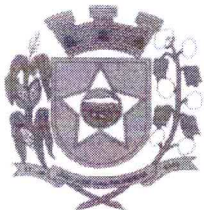
Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor global de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).

Atenciosamente,

.....
Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO
(artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para a contratação de empresa especializada para contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social, correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2025.

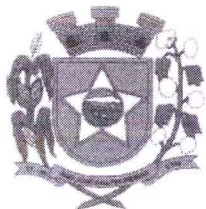
| Dotações | | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2025 | 4880 | 09.003.08.243.0012.2094 | 0 | 3.3.90.39.00.00 | Do Exercício |

Após a apreciação da solicitação, informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 12 de maio de 2025.


JHONNY RICARDO DE CASTRO
CONTADOR



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

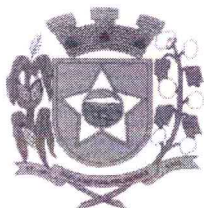
AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 032/2025**, como **INEXIGIBILIDADE N.º 06/2025**, para contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 12 de maio de 2025.

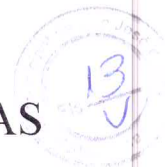

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PARECER JURÍDICO

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 06/2025

A apreciação deste setor jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo de Inexigibilidade, que objetiva a contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Diretoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

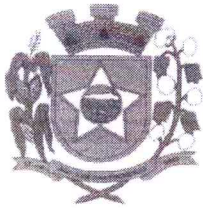
Sobre o tema da assistência social, mais especificamente em relação ao cuidado com as crianças e adolescentes, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) assim dispõe:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (grifei)

Ainda em relação ao amparo às crianças e adolescentes, a CF/88 assim preceitua:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência maternoinfantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

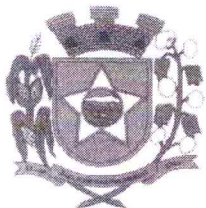
§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204. § 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Logo, patente que a proteção à infância e juventude possui caráter constitucional, devendo, portanto, ser objeto de cuidado especial por parte do Administrador Público, que deve envidar todos os seus esforços na consecução das políticas inerentes a tal competência.

Buscando dar concretude ao mandamento constitucional referente à assistência social em âmbito nacional, foi elaborada a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), que, dentre tantos outros dispositivos, dispõe da seguinte forma, no que importa ao caso em questão:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

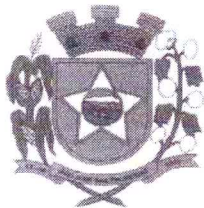
§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

§ 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II - às pessoas que vivem em situação de rua.

Convém consignar que, apesar de a regra, para as contratações públicas, ser a prévia realização de processo licitatório, a Lei nº 14.133/2021 traz exceções em que possível a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme inclusive autoriza o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ao ressaltar da obrigação de licitar os casos assim especificados na legislação.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

16
J

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão ora previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

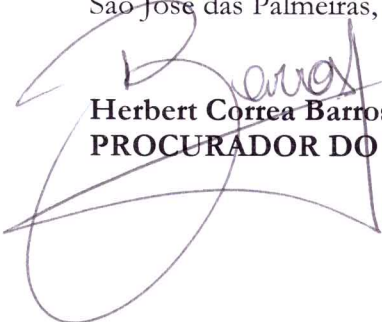
Quer dizer, excepcionar a regra de realização de licitação não significa que não haja formalidades a serem observadas pelo administrador e requisitos a serem preenchidos para viabilizar a contratação direta. Dito isto, e no que é pertinente à espécie, consigna-se, inicialmente, que “emergência” traduz a necessidade de pronto atendimento a determinado interesse, sendo inviável aguardar os trâmites ordinários da licitação, sob pena de não atendimento (ou prejuízo de atendimento) a alguma demanda social, no caso, o atendimento em serviços de acolhimento institucional.

Nesse ponto, parece constar manifestação da Secretária Municipal de Assistência Social sobre a questão, já que assim dispõe na Justificativa

Informo ainda que consta nos autos a Decisão do Ministério Público do Estado do Paraná – Comarca de Santa Helena pugnando no sentido de que deve o Município tomar as medidas cabíveis para acolhimento para criança na Instituição de Acolhimento “ Casa Lar O Bom Samaritano”, devendo comprovar perante o Juízo, no prazo sugerido de 30 (trinta) dias, as medidas efetivamente aplicadas.

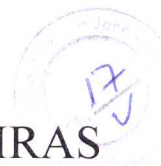
Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base na inexigibilidade, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este setor jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública. É o parecer.

São José das Palmeiras, 12 de maio de 2025


Herbert Correa Barros - OAB/PR 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Inexigibilidade nº 06/2025

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE MAIO DE 2023, o qual regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:


Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade INEXIGIBILIDADE, para contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

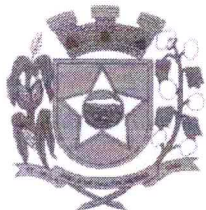
CONCLUSÃO:

Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.

É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 12 de maio de 2025


MARLENE KAZI K. SARMENTO BASSI
Assessora de Controle Interno



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 032/2025

INEXIGIBILIDADE n.º 06/2025

I - OBJETO: Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica, para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

II – FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A necessidade da contratação decorre da ausência de estrutura própria no Município de São José das Palmeiras para prestar o serviço de acolhimento institucional a crianças e adolescentes, o que compromete o cumprimento do dever legal de proteção integral estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Além disso, há determinação judicial proferida nos autos do processo nº 0001018-02.2025.8.16.0150 (liminar anexa), que exige a imediata institucionalização de um menor, sob pena de aplicação de multa diária ao ente municipal. A medida judicial reforça o caráter urgente e inadiável da contratação, visando garantir a continuidade e a legalidade do atendimento socioassistencial, em observância ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

IV – FORNECEDOR: ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO

Endereço: Rua Gualachos, 2615 - conda.

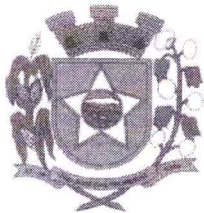
Cidade: Medianeira – PR.

CNPJ/MF: 11.483.768/0001-80

V – RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE O valor a ser gasto pelos serviços está previsto no Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

VI – PREÇO: O valor será de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**

VII – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: Consultando entidade pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se a **ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO**, a exclusividade exigida, a qual também se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias, conforme certidões apresentadas.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33


19


VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

| Dotações | | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2025 | 4880 | 09.003.08.243.0012.2094 | 0 | 3.3.90.39.00.00 | Do Exercício |

VIII -PRAZO: O prazo de vigência do presente instrumento é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 12 de Maio de 2025


Sandra Rosa de Souza
Presidente da Comissão de Licitação


Isabela Aparecida Arboleya
Membro


Cibele Cristina de Oliveira Sangi
Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 12 de maio de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

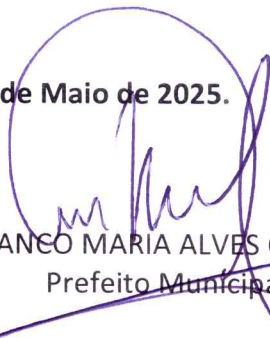
CNPJ: 77.819.605/0001-33

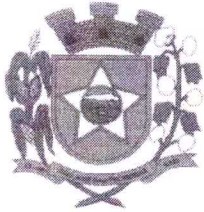


PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2025
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2025

Com fundamento no Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confirme a inexigibilidade da licitação em favor da **E ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO**, Localizada na Rua Gualachos, 2615 – conda – Medianeira/PR, inscrita sob o CNPJ de n.º 11.483.768/0001-80, para a Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica , para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

São José das Palmeiras, 12 de Maio de 2025.

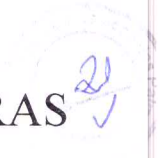

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2025

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica , para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

Fundamento legal: Artigo 74, Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO

Endereço: Rua Gualachos, 2615 – conda

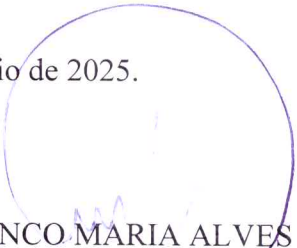
Cidade: Medianeira/PR

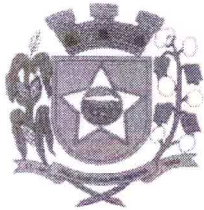
CNPJ/MF: 11.483.768/0001-80

Preço: O valor será de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**

Prazo: O prazo de vigência do presente instrumento é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 12 de Maio de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

22

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratação a Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, adjudicando o objeto de Bem/Serviço Contratação de serviços prestados pela Entidade Filantrópica , para execução de serviço de acolhimento institucional com características residenciais, voltado ao atendimento integral, contínuo e personalizado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, conforme determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social

A vencedora foi: **ENTIDADE FILANTROPICA O BOM SAMARITANO**, com o valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 12 de Maio de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal